



GT 30. Drogas, saberes e direitos

Coordenador(es):

Beatriz Caiuby Labate (CIIS)

Frederico Policarpo de Mendonça Filho (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 1

Debatedor/a: Sandra Lucia Goulart (Faculdade Cásper Líbero)

Sessão 2

Debatedor/a: Martinho Braga Batista e Silva (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

O GT visa refletir sobre as representações e práticas acerca dos usos de substâncias psicoativas e discutir instrumentos teóricos e metodológicos que permitam compreender seus efeitos sociais e políticos, bem como os controles que as cercam. Contempla a multiplicidade de discursos e práticas que coexistem em torno dessas substâncias, como a própria definição como “drogas” ou “medicamentos”. Tanto as estratégias de controle sobre as experiências de uso, como aquelas mobilizadas para garantir esse consumo são consideradas em suas singularidades, isto é, a partir de sua própria constituição. O ponto de partida é problematizar o paradigma “médico-legal” em que se baseiam as políticas de drogas estatais. Ao mesmo tempo, busca-se superar a dicotomia “efeitos farmacológicos” versus “aspectos culturais”, promovendo o diálogo entre diferentes campos de conhecimentos, de modo a se pensar o tema a partir de uma perspectiva mais integrada. Para tanto, o GT comporta: 1) etnografias sobre usos de substâncias, sejam elas classificadas como “drogas”, “plantas” ou “medicamentos”; 2) análise de políticas de drogas e das instituições que atualizam regimes de controle e regulação, nos campos da justiça, saúde, religião, ciência, sociedade civil e seus entrecruzamentos; 3) pesquisas que exploram a fluidez de fronteiras entre lícito e ilícito; natural e artificial; social/terapêutico/ritual; endógeno e exógeno; tratamento/prevenção/aprimoramento; proibição/liberação/legalização.

Representações da redução de danos no interior da política: o CAPSad no Rio de Janeiro

Autoria: Beatriz Brandão (USP - Universidade de São Paulo)

As definições da redução de danos (RD) não se expressam de forma monolítica no cotidiano da política pública. Partindo dessa premissa, o objetivo deste artigo é apresentar como a RD se manifesta na fala de usuários de quatro CAPSad no Rio de Janeiro e como acionam tal abordagem para reconhecer e dar sentido aos seus circuitos e paragens. Seja no work diário dos profissionais do CAPSad, que demarcam essa posição a cada discussão de caso, ou nas narrativas dos usuários do sistema da saúde mental, encontramos clivagens nos modos em que a RD é trazida como argumento nas tomadas de decisão. A partir da análise de 50 entrevistas em profundidade e a participação em reuniões institucionais da Secretaria Municipal de Saúde, produzo este texto com o intuito de apresentar algumas das principais representações visíveis entre usuários. Sabendo que o problema se inscreve num cenário maior, que vai da formação na visão institucional da superintendência de álcool e drogas (AD) até histórias miúdas de usuários, opto, neste momento, por uma análise com o recorte das entrevistas dos pacientes. A escolha se dá porque suas falas revelam a lógica de escolha de seus itinerários terapêuticos e acredito que tais itinerários são ordenadores de um fundamento nos circuitos e paragens que acessam e interfere a rede de atenção psicossocial (RAPS). Sendo assim, o estímulo primordial da proposta se dá em articular como os casos expressos nas falas dos usuários alcançam a rede, podendo coloca-la a pensar sobre sua estrutura e como se compõe na concepção de RD que



**Reunião Brasileira
de Antropologia**

SABERES INSUBMISSOS:
DIFERENÇAS E DIREITOS
RIO 2020

www.portal.abant.org.br/evento/rba/32RBA

ISBN: 978-65-87289-08-3

emprestam e empregam em seus cotidianos.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: